



## **A Ação Aglutinadora Da Multiinstitucionalidade Na Docência No Ensino Superior Em Ciências Contábeis No Brasil**

**Jorge Expedito de Gusmão Lopes  
 Marcleide Maria Macêdo Pederneiras  
 Felipe Dantas Cassimiro da Silva  
 Caio Eduardo Silva Mulatinho**

### **RESUMO**

A pesquisa emergiu da constatação do crescimento numérico de cursos de mestrados acadêmicos em Ciências Contábeis nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, nos últimos seis anos, e do esforço localizado das Universidades Federais da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Universidade de Brasília ao desenvolver um programa multiinstitucional e inter-regional para suprir deficiência nas regiões menos aquinhoadas do país. O objetivo deste trabalho foi de avaliar a ação aglutinadora da multiinstitucionalidade do primeiro mestrado acadêmico público, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país e sua profícua influência na qualificada formação docente, exigida pela legislação vigente. A metodologia utilizada foi a dedutiva, embasada nas informações e dados obtidos e de todo referencial teórico concernente à multiinstitucionalidade. Conclui-se que, a Multiinstitucionalidade desenvolve todo um processo regional, cujos frutos são comprovadamente eficazes na formação e qualificação de novos docentes para as Instituições de Ensino Superior, que, até 2004, deverão cumprir as exigências legais e, para tanto, poderão utilizar-se dos procedimentos de interação interinstitucionais para ativarem os intercâmbios e parcerias que produzam resultados como os detectados e comprovados nesta investigação de caráter científico.

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo desta pesquisa está embasado nos princípios e fundamentos de uma ação aglutinadora de multiinstitucionalidade, oportunizando a formação de profissionais para a docência no ensino superior, observando-se as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 9394, de 26 de dezembro de 1996, que determina, em seu art. 52, incisos I e II, a necessidade de os cursos de graduação terem um terço de mestres ou doutores em seus quadros docentes.

Pode compreender-se a Multiinstitucionalidade (EMBRAPA, 2003), como um conjunto de ordenação de idéias e conhecimento em torno de uma temática, com propostas de ações sistemáticas organizadas e integradas, objetivos e metas tangíveis, metodológicas aprofundadas e adequadas, orçamento compatível e resultados factíveis.

A Multiinstitucionalidade desenvolve previsão de transferência de conhecimento entre as partes integrantes, como uma união de esforços para a realização de determinado fim coletivo, reconhecendo-se que, pela singularidade, será impossível sua concreticidade.

Pode entender-se, como exigência precípua da sua existência, a independência entre as entidades envolvidas com personalidades jurídicas próprias e compromissárias sempre como executoras.

Ressalta-se que a Multiinstitucionalidade não deve ser vista como recurso utilizado em forma única de suprir deficiências singulares. Conforme poderá ser contestado em países de



primeiro mundo, a Multiinstitucionalidade é objeto comum de parcerias para o desenvolvimento do processo científico e do conhecimento.

Entretanto, em virtude da diminuta amplitude institucional de Mestrados em Ciências Contábeis, cuja existência no Brasil não ultrapassa nove cursos de mestrados e apenas um de doutorado reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em um universo de 714 (setecentos e quatorze) Instituições de ensino superior em funcionamento em todo país. O número de mestres e doutores não excede a casa dos 600 (seiscentos) profissionais qualificados com as titulações citadas, (INEP/MEC, 2003). Embasado nos dados supra citados, desenvolveu-se um projeto Multiinstitucional na comunhão de esforços de um grupo de professores qualificados, o que veio propiciar, em 1999, o surgimento do primeiro Mestrado Multiinstitucional do país em Ciências Contábeis, através de quatro Universidades, que são: Universidade Federal da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e a Universidade de Brasília, levando a diversificação dos cursos de pós-graduação, em sua grande maioria, concentrados no sudeste e sul do país.

O desafio dessa proposta Multiinstitucional recebeu apoio por parte dos organismos oficiais e das autoridades competentes, quando de sua aprovação, em 20 de junho de 2000, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que decidiu o resultado favorável a esta nova experiência.

A relevância do presente estudo fundamenta-se na Multiinstitucionalidade, que determina a reunião de esforços na criação de um programa único que desenvolva, em conjunto, as tarefas que, singularmente, não seriam possíveis realizar-se.

O esforço conjunto das Instituições de Ensino Superior, comprometidas com o Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, vem disseminando seus resultados, e citar-se-ia, como exemplo em investigação realizada, o Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação *stricto sensu* para o Centro-Oeste – Agronegócios, um convênio entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), nas áreas de concentração em Gestão, Coordenação e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais e em Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, em nível de Mestrado. Este Programa foi criado e recomendado, em 2002, pela CAPES/MEC, conforme Ofício CTC/CAPES nº 148/2002. O referido Programa objetiva o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação de novas tecnologias em Agronegócios, além da formação de pessoal qualificado, com perfil inovador, adaptados às exigências impostas pelo mercado.

Outro curso multiinstitucional em andamento pela UFG, em parceria com a UFMS e UnB, será o de mestrado e doutorado em Ciências da Saúde. Como este curso já existia na UnB, ele foi estendido à UFG e à UFMS.

O projeto megamídia FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), (2003), é outro exemplo, que se desenvolveu em São Paulo, no qual se integram 123 Universidades, ou sejam entidades independentes que irão formar uma rede única multiinstitucional com todas as envolvidas como executoras, observando-se o caráter de autonomia funcional.

A pesquisa em tela foi desenvolvida com base em documentação indireta, ou seja, de fontes oriundas de materiais concretamente já elaborados nas Universidades Federais de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e da Universidade de Brasília, que compõe o



Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, desde sua criação, novembro de 1999, até aos consistentes resultados que foram obtidos até 10 de outubro de 2003.

### O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

Criou-se, o curso de Ciências Contábeis nacionalmente, através do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Logo após sua criação, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, surgiu o Conselho Federal de Contabilidade, que definiu as atribuições do contador, profissional diplomado em curso superior, e do técnico em Contabilidade.

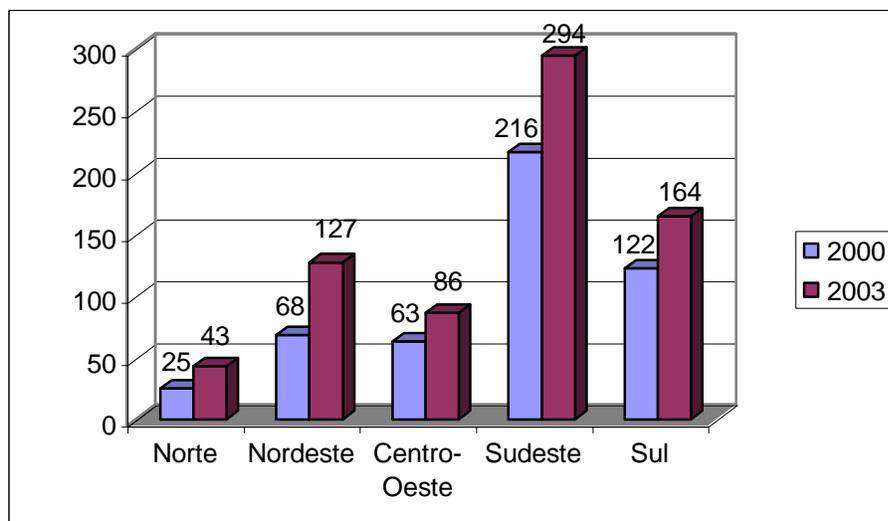
O curso de graduação em Ciências Contábeis, a partir do conhecimento da história, foi, durante a década de 90, um dos maiores em crescimento numérico do Brasil, de acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2003). O crescimento foi aproximadamente de 44%: em 2000, havia 494 cursos de graduação em Ciências Contábeis e, em setembro de 2003, mais de 200 novos cursos tinham sido autorizados. Hoje, são 714 cursos permitidos pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), na área contábil.

**Tabela 1** – Cursos de Ciências Contábeis, por região geográfica do Brasil.

REGIÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE	QUANTIDADE
	2000	2003
Norte	25	43
Nordeste	68	127
Centro-Oeste	63	86
Sudeste	216	294
Sul	122	164
<b>TOTAL</b>	<b>494</b>	<b>714</b>

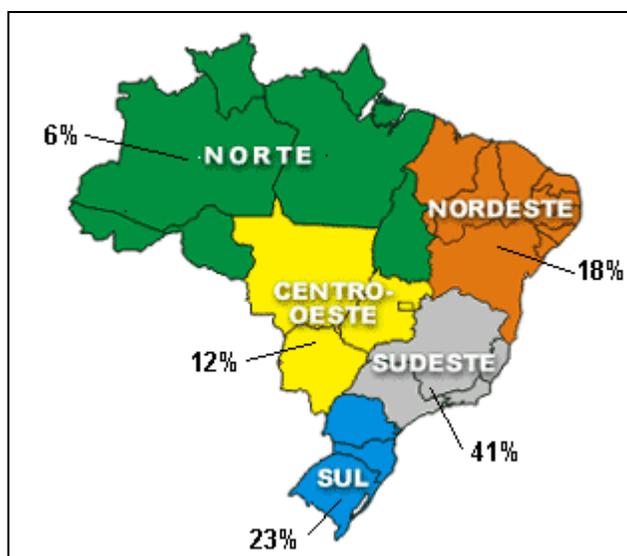
Fonte: MEC/INEP (2003)

**Gráfico 1** – Evolução do número de cursos de graduação em Ciências Contábeis, por região geográfica, de 2000 a 2003.



Fonte: MEC/INEP (2003).

**Gráfico 2** – Distribuição percentual dos cursos de graduação em Ciências Contábeis (2003).



Fonte: MEC/INEP (2003)

A análise dos dados da tabela 1, comparando-se os anos de 2000 a 2003, fica comprovado um crescimento numérico de 44%, aproximadamente, dos cursos de Ciências Contábeis, o que confirmam os dados obtidos por esta pesquisa. Observa-se, ainda, que a grande convergência dos cursos dá-se nas regiões do Sudeste e Sul do país.

O Censo da Educação Superior é resultado de um esforço do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo levantamento do número de cursos existentes no Brasil, tanto nas Instituições públicas quanto nas privadas. Os dados acima revelam que o sistema brasileiro de educação superior ingressou num



novo ciclo de expansão acelerada de cursos e, conseqüentemente, de alunos, caracterizando-se, principalmente, pela melhoria dos indicadores de eficiência e produtividade e acentuada qualificação do corpo docente. No caso da graduação em Ciências Contábeis, dado o aumento numérico de cursos como já, anteriormente, verificado, em um crescente ocorrido na década de noventa, tornava-se imperativo que os docentes participassem de cursos de mestrado e doutorado, para atender às exigências de titulação feitas por Instituições nacionais e internacionais de fomento e, ainda, para cumprir determinação contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 52, inciso I e II, em que as Instituições devem ter um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, até 2004. A previsão era de que o aumento do índice de titulação dos docentes dessas Instituições asseguraria a implantação de padrões globais de qualidade e desempenho na área de Contabilidade.

### A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Até meados da década de 60, os cursos de pós-graduação eram ministrados nas Universidades de maneira *livre*, sem legislação própria. A primeira regulamentação ocorreu por meio do Parecer nº 977/65, do extinto Conselho Federal da Educação (CUNHA, 1974, p.67).

Inicialmente, o Parecer nº 977/65 apresenta um breve histórico da origem da pós-graduação, reconhecendo sua origem, tanto do nome quanto do sistema, como próprio da estrutura da Universidade norte-americana.

Este Parecer designou todo e qualquer curso que se segue à graduação como curso de pós-graduação, classificando-se em *stricto sensu* e *lato sensu*. Na primeira categoria, incluem-se os cursos de mestrado e doutorado, que têm por objetivo formar pessoal qualificado para exercer o magistério superior e para as atividades de pesquisa.

Na pós-graduação *lato sensu*, enquadram-se os cursos de especialização e aperfeiçoamento, que, segundo o conceito do Parecer nº 977/65, têm como finalidade o “domínio científico e técnico de uma certa e limitada área do saber ou da profissão, para formar o profissional especializado”, conferindo aos seus concludentes certificados de eficiência ou habilitação ao exercício de uma especialização profissional.

Após comprovar ser a falta de experiência em matéria de pós-graduação o motivo da utilização do modelo americano para criar-se o próprio sistema de pós-graduação, o Parecer passou a utilizar o termo pós-graduação como sinônimo do tipo de pós-graduação que, no início do Parecer, é denominada de pós-graduação *stricto sensu*.

O Parecer determinou que os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, para que tenham seus diplomas registrados no Ministério da Educação e possam produzir efeitos legais, devem ser, necessariamente, reconhecidos pelo Conselho e somente podem ser prerrogativas das Universidades. Entretanto, em situações excepcionais, podem ser permitidas aos estabelecimentos isolados tais prerrogativas, mediante autorização do Conselho.

Percebe-se que o Parecer nº 977/65 teve grande preocupação com os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, estabelecendo suas características e orientação quanto a sua organização e funcionamento, ao contrário dos cursos *lato sensu*, limitando-se, apenas, a sua conceituação.

Apesar de já definido o modelo da pós-graduação brasileira, faltavam os mecanismos de implantação. Em razão disto, em 02 de julho de 1968, constituiu-se o Grupo de Trabalho para a



Reforma Universitária (GTRU), por meio do Decreto nº 62.937, que elaborou extenso relatório sobre vários aspectos relacionados à organização, ao funcionamento e ao financiamento do estudo superior brasileiro, do qual resultou a Lei nº 5.540/68, conhecida também como Lei da Reforma Universitária.

O relatório considera os cursos de pós-graduação como condição fundamental para transformar a Universidade brasileira em centro criador da cultura, de ciência e novas técnicas.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* conduzem aos títulos de Mestre ou de Doutor. Hoje, sujeitos à legislação específica do Ministério da Educação - Lei nº 9.394, de 20.12.96, L.D.B. – e por ele reconhecidos e fiscalizados. Exigem-se apresentação de dissertação, ensaio ou defesa de tese ao fim do curso e obriga-se o registro dos diplomas no MEC. Seus currículos têm, além da abordagem pragmática e de curto prazo, um enfoque teórico e de longo alcance, indispensáveis às atividades de pesquisa científica e tecnológica e à adequada compreensão dos problemas mais complexos com que, normalmente, se defronta o administrador.

A pós-graduação em Contabilidade, no Brasil, apresenta-se em número reduzido. Em nível *stricto sensu*, são apenas nove cursos de mestrado e um de doutorado (CAPES, 2003).

As condições de implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, muitas vezes, são complexas, como observam Iudícibus e Marion (1993, p.2), “a falta de professores em número suficiente em tempo integral, se na graduação é prejudicial, na pós-graduação, pode ser fatal por causa dos problemas de orientação de teses de mestrado e doutorado”.

De acordo com Carastan, Riccio e Sakata (1999), no Brasil, em 1962, surgiu o primeiro doutorado em Contabilidade, na Universidade de São Paulo (USP) e, em 1970, surgiu o programa pioneiro de Mestrado em Contabilidade, reconhecido pelo MEC, na Universidade de São Paulo. Desde então, outras três Universidades iniciaram seus programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Contabilidade: em 1978, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 1984, a Fundação Getúlio Vargas (IESC)- Rio de Janeiro e transferindo oficialmente para Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1993. Estes programas estão na categoria de *stricto sensu*. Eles incluem o Mestrado e Doutorado. O Mestrado é um programa com uma média, hoje, de 24 meses para que a CAPES reconheça a qualidade e a excelência do curso. Ele requer que o estudante obtenha um total de créditos em disciplinas, além de uma dissertação que deve ser aprovada por uma comissão de professores doutores, durante uma sessão pública. O doutorado, com uma média de quatro anos de duração, requer que o estudante obtenha um total de créditos, já tendo o mestrado. O candidato tem que desenvolver uma tese a ser aprovada por uma comissão de doutores, em uma sessão pública.

Segundo Parecer CESu (Conselho Ensino Superior) –CNE (Conselho Nacional de Educação) nº 977/65, contido na Legislação e Normas da Pós-Graduação Brasileira da CAPES, de outubro de 2002, p. 297, a pós-graduação *stricto sensu* compreende os cursos de mestrado e de doutorado. “O mestrado pode ser encarado como etapa preliminar na obtenção do grau de doutor”, mas não é requisito obrigatório. “O doutorado tem por finalidade proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e poder criados nos diferentes ramos do saber”.

O Brasil, em 1999, possuía apenas os quatro cursos de mestrado acima citados, e apenas um de doutorado em Ciências Contábeis. Ademais, estes cursos estavam concentrados, em sua



quase totalidade, na região Sudeste. O reduzido número de cursos de pós-graduação fazia com que, em 1999, existissem, no País, apenas 90 doutores e 450 mestres, aproximadamente.

Segundo a CAPES, as Instituições que ministram cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no país, por ela recomendados, são em nove, relacionados a seguir.

**Quadro 1** – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES.

Instituição	Unidade Federativa	Tipo
USP	São Paulo	Mestrado Institucional
USP	São Paulo	Doutorado Institucional
PUC	São Paulo	Mestrado Institucional
FACESP	São Paulo	Mestrado Institucional
UFRJ	Rio de Janeiro	Mestrado Institucional
UERJ	Rio de Janeiro	Mestrado Institucional
FVC	Bahia	Mestrado Institucional
UNISINOS	Rio Grande do Sul	Mestrado Institucional
UnB	Brasília	Mestrado Multiinstitucional

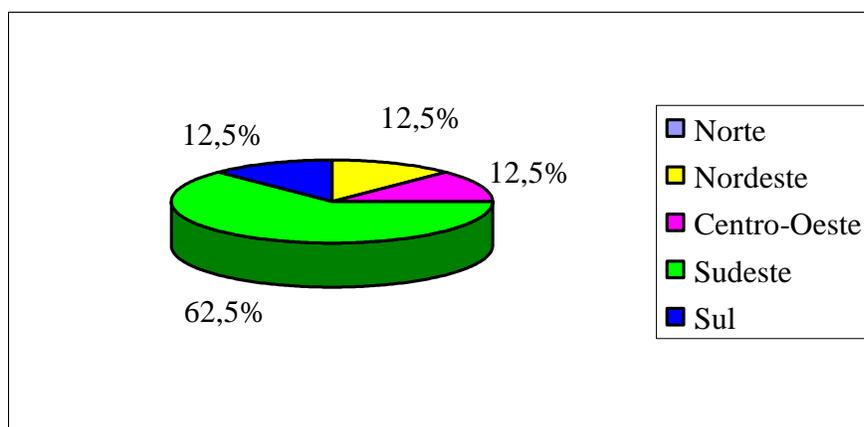
Fonte: MEC/CAPES (2003)

**Tabela 2** – Cursos de mestrado em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES, por região geográfica.

REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	0
Nordeste	1
Centro-Oeste	1
Sudeste	5
Sul	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: MEC/CAPES (2003).

**Gráfico 3** – Distribuição percentual, por região geográfica, dos cursos de mestrado em Ciências Contábeis cadastrados pela CAPES.



Fonte: MEC/CAPES (2003).

A tabela 2 mostra a grande concentração dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na região Sudeste do país, o que dificulta, realmente, a qualificação de professores das demais regiões do país.

**Tabela 3** – Cursos de doutorado em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES, por região geográfica.

REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	0
Nordeste	0
Centro-Oeste	0
Sudeste	1
Sul	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: MEC/CAPES (2003).

Na tabela 3 fica evidenciada a singularidade do curso de pós-graduação em nível de doutorado o que, com certeza, dificulta o desenvolvimento na qualificação dos docentes em Ciências Contábeis.

Os números apresentados evidenciam que, com a quantidade de cursos de pós-graduação existente até 1999, dificilmente, seriam alcançados os almejados níveis de qualidade do ensino e da pesquisa na área de Contabilidade. Ressalta-se que a incipiente infra-estrutura de pós-graduação na área de Ciências Contábeis restringia as chances de as IES brasileiras alcançarem, na área de Ciências Sociais Aplicadas, as exigências da legislação pertinente e já amplamente citada anteriormente.

No V Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, analisaram-se as situações de pós-graduação no Brasil e detectou-se uma urgente necessidade de melhorar a capacitação do pessoal do ensino superior, tendo em vista as necessidades das Instituições de Ensino Superior



em todas as regiões do país. A capacitação é uma imposição natural de qualificação, mercado e, principalmente, da Legislação. A LDB faz exigências a partir de 2004, concernentes à formação de mestres e doutores para comporem os quadros docentes das Instituições de Ensino Superior, com um percentual não inferior a 30%.

## **A MULTIINSTITUCIONALIDADE E SUA DIVERSIDADE**

A Multiinstitucionalidade, (EMBRAPA, 2003), é uma parceria na qual devem estar envolvidas, pelo menos, duas Instituições com personalidade jurídica própria. A parceria entre faculdades ou departamentos de uma mesma Instituição de Ensino Superior não é considerada multiinstitucionalidade, mas interinstitucionalidade, cujo caráter atinge a determinados fins específicos.

A parceria (EMBRAPA, 2003), deve estar bem caracterizada pela efetiva participação de cada Instituição na execução do Projeto. Cada parceria deve envolver-se com execução de, pelo menos, um subprojeto, ensejando multidisciplinaridade e complementaridade na abordagem do problema focalizado no projeto. Instituições que vierem a participar apenas prestando algum tipo de apoio ou serviço serão consideradas colaboradoras, e não, executoras.

Projetos que envolvam parceria com Instituições privadas, atendidas a todas as exigências, terão acolhida preferencial. A parceria com Instituições estrangeiras é admitida, mas não é permitida a transferência de recursos para o exterior.

As Instituições envolvidas deverão vir com proposta inovadora e relevante, que permita consolidar um corpo docente com titulação adequada, com os objetivos de implantar um programa e projetos em ensino e de pesquisa em áreas de interesse conjunto.

As Instituições com envolvimento na parceria elegerão uma, dentre elas, para ser a coordenadora técnica do projeto. A condição de proponente e gestora financeira do projeto deverá ser confiada a uma fundação de direito privado, que tenha, como objetivo institucional-expresso em seu estatuto a finalidade de prestar apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Somente Instituições brasileiras poderão ser coordenadoras ou proponentes.

A Multiinstitucionalidade é recomendada, quando a singularidade torna impossível a concreticidade de projetos que imponham transferência de conhecimento entre partes integrantes, para realização de determinado fim coletivo.

Durante a investigação, constatou-se que os Estados Unidos, país do primeiro mundo, utilizam da multiinstitucionalidade, como forma de qualificação do ensino-aprendizagem.

Não é privilégio de países que não estão em primeiro mundo, adotarem a atitude comportamental-institucional de parcerias institucionais, como se pode detectar nos Estados Unidos, encontrando-se dezenas de trabalhos conjuntos, o que demonstra, filosoficamente, que parcerias podem trazer meios de desenvolvimento ao processo do conhecimento específico, quando se junta exponencial de qualidade.

Podem ser citadas importantes Universidades que trabalham conjuntamente, com ações que auxiliam na consolidação dos argumentos de que a participação dos professores em grupos organizados, como agentes mais eficazes de transformação da sociedade maior, direcionando



suas próprias pressuposições, tornando-os capazes de verem diferentes possibilidades de sociedade e diferentes e melhores modos de vida.

Um exemplo a ser citado é o Centro Multiinstitucional Oak Brook, (2003), foi criado pela reunião de cinco Universidades do Estado de Illinois, com a finalidade de desenvolver investigações conjuntas para melhor servirem aos cidadãos dos Estados Unidos. As Universidades envolvidas são: Illinois State University, Northern Illinois University, University of Illinois at Springfield and University of Illinois at Urbana-Champaign.

Elas desenvolvem grandes projetos em áreas distintas, como: Pesquisa Avançada em Educação, Rede Estadual de Ligação por Satélite, Consórcio de Estudos Pós-Secundário e um Multiinstitucional Centro de Estudos Sociais em Lake County.

Um dos mais importantes projetos multiinstitucionais chama-se a União Cooper, (2003), liderado pela professora Roxanne Jacoby, a qual envolve uma perspectiva global em Tecnologia gerencial através do mundo com Universidades na Rússia, no Japão, na Romênia, na Hungria e na França. A finalidade é de desenvolver as habilidades grupais e internacionais de efetiva comunicação, um forte senso de valores e uma ética de perspectivas internacionais.

Dentro deste Centro de Cooperação Multi-Universitário encontram-se as Universidades do Estado de Ohio, a Universidade Internacional da Flórida e outras nos países citados.

Esta reunião de Universidades e a Multiinstitucionalidade têm a finalidade concernente com a análise, as simulações e o design de energia elétrica e sua conversão e distribuição em todos os Estados Unidos, concentrando suas fundamentações na base aeroespacial e toda a força elétrica-eletrônica que os laboratórios das Universidades envolvidas possam produzir.

No Brasil, a multiinstitucionalidade começou a ser aceita e reconhecida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1995, com o programa de Doutorado em Engenharia de Produção que envolvia seis Instituições independentes no Estado do Paraná.

De 1995 até 2002, foram dez programas incentivados e reconhecidos pela CAPES. Desta forma, pode-se apresentar cada um deles com seus integrantes e objetivos.

#### **Quadro 2 – Cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES.**

<b>Área de Concentração</b>	<b>IES/ Instituições Envolvidas</b>	<b>Região</b>	<b>Cadastro na CAPES</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>
Engenharia de Produção	LACTEC/UFPR/UFSC /Estado/ Copel/Prefeitura	Sul	LACTEC	Doutorado	1995
Ciências Contábeis	UnB/UFPB/UFPE/UFRN	Nordeste/ C.Oeste	UnB	Mestrado	1999
História	UEM/UEL	Sul	UEM	Mestrado	1999
Zootecnia	UFRPE/UFPB/UFC	Nordeste	UFRPE	Doutorado	1999
Administração	UEM/UEL	Sul	UEM	Mestrado	1999
Odontologia	UFPB/UFBA	Nordeste	UFPB	Doutorado	1999
Física	UEM/UEL	Sul	UEM	Doutorado	2000
Relações	UNESP(Mar)/PUC-SP/	Sudeste	UNESP	Mestrado	2001



Internacionais	UNICAMP		(Marília)		
Agronegócios	UFMS/UnB/UFG	Centro-Oeste	UFMS	Mestrado	2002
Bio Informática	USP/IME/IQ/ESALQ/ICB/ FMVZ/FCFRP/FFCLRP/IF SC/IB	Sudeste	USP	Doutorado	2002

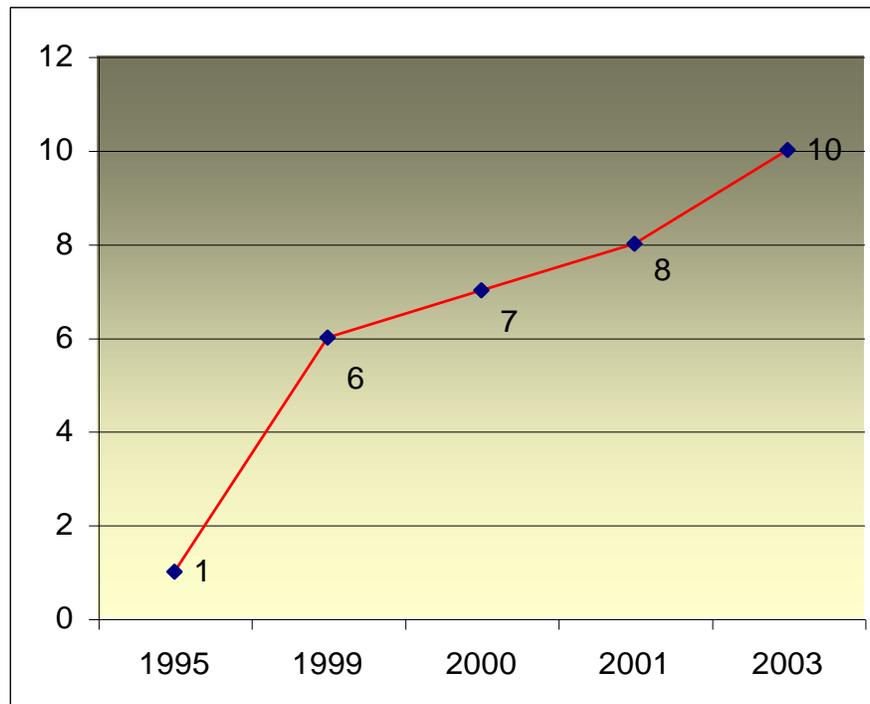
Fonte: MEC/CAPES (2003).

**Tabela 4** – Evolução da oferta de cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por ano (1995 -2003).

ANO	QUANTIDADE ACUMULADA
1995	1
1996	1
1997	1
1998	1
1999	6
2000	7
2001	8
2002	10
2003	10
<b>TOTAL ATUAL</b>	<b>10</b>

Fonte: MEC/CAPES (2003).

**GRÁFICO 4** Evolução da oferta de cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por ano (1995 -2003).



Fonte: MEC/CAPES (2003).

A análise dos dados da tabela 4 indica que houve um crescimento significativo do número de cursos multiinstitucionais a partir de 1999, ano da criação do Programa de Mestrado Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis.

**Tabela 5** – Cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por região geográfica.

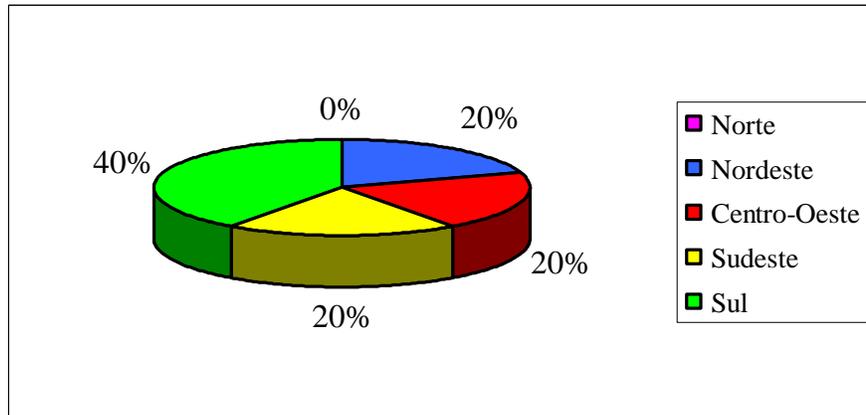
REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	0
Nordeste	2*
Centro-Oeste	2
Sudeste	2
Sul	4
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

FONTE: MEC/CAPES.

(\*) Na Região Nordeste (UFRN/UFPB/UFPE), não está sendo computado o Mestrado Multiinstitucional Desenvolvido com a Região Centro-Oeste (UnB), porque o cadastro do mestrado na CAPES é da UnB.



**Gráfico 5** – Distribuição percentual dos cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por região geográfica.



Fonte: MEC/CAPES (2003).

O resultado destes dados confirma as informações obtidas pela pesquisa, que apontam a diversificação dos cursos multiinstitucionais de pós-graduação *stricto sensu* nas diversas regiões do país, levando o sistema a uma descentralização de cursos nas regiões sudeste e sul do país.

Com a finalidade de demonstrar-se o acima exposto, pode evidenciar-se: o Departamento de Zootecnia (DZ), (2003), da UFRPE mantém, desde 1981, o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Doutorado Integrado em Zootecnia, criado em 1999 e que congrega a UFRPE, e as Universidades Federais do Ceará e da Paraíba (UFPB). O setor está dividido em cinco áreas acadêmicas: Forragicultura, Produção de Ruminantes, Produção de Não-ruminantes, Melhoramento Animal, Nutrição Animal.

O objetivo deste multi é o de formar cidadãos que sejam capazes de transformar a sociedade, conscientizando-os dos seus direitos dentro do contexto sócio-econômico-político-cultural brasileiro; promover a formação de profissionais na área da Zootecnia e na de outras afins, capazes de contribuir para o desenvolvimento no meio Rural; provocar a realização de pesquisas básicas e aplicadas relacionadas com as ciências afins, voltadas às necessidades regionais e nacionais; atender às carências da sociedade, bem como às peculiaridades do mercado de trabalho regional e nacional; estabelecer relações de convívio pedagógico entre professores, técnicos administrativos e estudantes.

O Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação *stricto sensu* para o Centro-Oeste – Agronegócios, (2003), em nível de Mestrado, uma parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMT), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB). Foi criado e recomendado pela CAPES, em 2002. São oferecidas 45 vagas, sendo 1/3 (um terço) a cada Instituição participante. Tem como áreas de concentração em: Gestão, Coordenação e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais e em: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.



O referido Programa tem como objetivos: o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação de novas tecnologias em Agronegócios, além da formação de pessoal especializado, com perfil inovador, adaptados às exigências da sociedade e do mercado de trabalho, tencionando o desenvolvimento regional e nacional.

O Programa de Pós-Graduação em Administração-Mestrado (PPA), (2003), uma parceria entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), foi recomendado pela CAPES, em 1999, e está em pleno funcionamento até hoje. Até a presente data, houve uma defesa de tese. O curso, atualmente, conta com 15 alunos matriculados na UEM e 9 alunos na UEL. Tem como área de concentração Gestão de Negócios.

Esta proposta vem acolher uma necessidade de região Norte/Nordeste do Estado do Paraná, na qual não há oferta de cursos dessa natureza. A localização geográfica das cidades de Londrina e Maringá permite também atender a uma demanda reprimida de alguns países vizinhos do MERCOSUL, que têm, regularmente, encaminhado solicitações a essas Instituições.

A articulação entre ensino e pesquisa consolidar-se-á através da implementação e desenvolvimento de novas temáticas, tais como: processos de internacionalização de empresas brasileiras no MERCOSUL, estudo das tendências organizacionais rumo à organização virtual, entre outras. A articulação entre pós-graduação e graduação responsabilizar-se-á pela boa elevação dos níveis de qualificação docente e pela transferência de conhecimentos oriundos das pesquisas, dos trabalhos, dos seminários, aos alunos de graduação.

O conteúdo dessa área de concentração mostra-se como uma tendência na área de Administração, uma vez que privilegia temas atuais de natureza multi e interdisciplinar, que, em alguns aspectos, podem não ser contemplados em outros programas oferecidos pelo país. A área de Gestão de Negócios exige um perfil do candidato com experiência gerencial e/ou acadêmica, mais voltado para a prática das organizações de negócio. A relevância desta área, portanto, caracteriza-se como um importante fator de qualificação profissional.

Os principais objetivos deste Curso de Mestrado são os de: desenvolver pesquisas e estudos que contribuam para a evolução do conhecimento administrativo, num contexto globalizado e numa perspectiva multi e interdisciplinar; qualificar profissionais para o processo de gestão e transformação das organizações; esmerar professores para os Cursos de Administração e áreas afins; formar alianças com outras IES e com órgãos/entidades ligadas à cooperação científica e tecnológica na questão das organizações de negócio; medrar projetos de pesquisa que promovam a evolução do conhecimento na área de gestão de negócios, e, subsidiariamente, de estudos organizacionais; manter maior intercâmbio entre pesquisadores, professores e profissionais da administração com os países do MERCOSUL.

O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, (2003), na forma institucional entre a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), visa à formação e ao aperfeiçoamento de docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados, bem como ao desenvolvimento científico e tecnológico dessa área. Este Programa é apoiado pela CAPES/MEC.

Este Programa foi criado para atender à crescente demanda por uma formação acadêmica especializada de empresas, movimentos sociais, ONGs, regulamentação do direito internacional e comércio mundial, entre outras. Tem, como área de concentração, Instituições,



Processo e Atores com três linhas de pesquisa: Organizações Internacionais, Integração Regional, Estado e Nação. Globalização é a área da Política Externa, também com três linhas de pesquisa: Política Externa Brasileira, Economia Política Internacional e Segurança Internacional. Esse Programa objetiva a formação e o aperfeiçoamento de docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico dessa área

O Programa Associado de Pós-Graduação em História, (2003), em nível de mestrado, nasceu de uma parceria entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), durante a década de 1990. Foi instituído em 1999, após trâmites internos na Universidade Estadual de Maringá e na de Londrina, através da Resolução nº 013/99-CEP, da UEM e Resoluções nº 08/99-CA, 09/99-CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) e 010/99-CEPE, da UEL. Após, encaminhou-se o projeto do Programa à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), onde foi recomendado pelo Grupo Técnico e Consultivo (GTC), em 18 de agosto de 1999 (Nºf. CAA/GTC).

Não se pode deixar de se referir ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Bioinformática, (2003), na Universidade de São Paulo (USP). É uma iniciativa de atividade conjunta de Matemática e Estatística (IME), do Instituto de Física de São Carlos (IFSC), da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), do Instituto de Química (IQ), do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), do Instituto de Biociências (IB), da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP). A Resolução CopGr 4937, de 25 de junho de 2002, aprova a redação do regulamento do Programa de Pós-Graduação.

A área de concentração é a de envolver, formar e atualizar os profissionais das áreas de saúde. Tem como principal objetivo: formar especialistas em pesquisas multidisciplinares, agregando aplicações, conceitos de ciências exatas, em especial, informática em biologia molecular, celular e genética.

O Programa Integrado de Pós-Graduação em Odontologia, (2003), é oferecido nas IES, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Nível Doutorado. O Programa foi avaliado e aprovado pelo CTC/CAPES no dia 19/11/99, caracterizando-se como um projeto inédito na forma e funcionamento. Tem, como área de concentração, a Estomatologia e Radiologia Odontológica e objetiva desenvolver e aprofundar a formação de diplomados em cursos de mestrado, qualificando-os no grau de Doutor.

## **O PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Com a constatação da inevitabilidade de criação de novos cursos de pós-graduação em Ciências Contábeis, devido à exigência da LDB, nº 9394/96, em seu Art nº 52, inciso I e II, e, sabendo-se que nenhuma das Instituições federais de ensino superior possuía condições para, isoladamente, implementar um Programa de Pós-Graduação na área de Ciências Contábeis, estimulou que os representantes de algumas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) procurassem novas soluções. No campo das discussões iniciadas, delineou-se a possibilidade de que quatro das Instituições mais diretamente interessadas na proposta unissem esforços com o objetivo de implementar um Programa Multi-institucional, que era, segundo representantes da CAPES, a primeira iniciativa na área de Ciências Contábeis, no Brasil. Assim, apenas com a



união da infra-estrutura acadêmica e administrativa disponível em tradicionais Universidades ligadas ao governo federal (UnB, UFPB, UFPE, UFRN), foi iniciada a implementação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis.

Foi, em 12 de novembro de 1999, quando os reitores da Universidade de Brasília (UnB) e das Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN), em uma iniciativa pioneira, numa junção de esforços e com a consolidação de um corpo docente de titulação adequada, celebraram convênio, cooperação e intercâmbio técnico-científico-pedagógico, do qual resultou um programa com proposta inovadora e relevante, com os propósitos de implantar o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Ciências Contábeis e de executar programas e projetos de ensino e de pesquisa em áreas de interesse conjunto.

As áreas técnicas das quatro Universidades engajadas nesse processo formalizaram, junto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o projeto pedagógico do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis da UnB, da UFPB, da UFPE e da UFRN, (2003), sendo aprovado pela CAPES através do of. CAA/CTC/59, de 20.06.2000, com conceito 3. Conceito este, que considera a proposta inovadora e relevante, à medida que se faz bom uso dos recursos disponíveis nas Instituições participantes. Em 20 de junho de 2000, o curso foi efetivado pelas Universidades envolvidas, estando em pleno funcionamento até os dias de hoje.

## CONCLUSÃO

A criação do Programa do Mestrado Multiinstitucional enceta a ruptura do ciclo vicioso em que a deficiência de profissionais qualificados enseja a evasão de recursos humanos em busca de qualificação e realimenta o processo de imutabilidade desta deficiência.

O Mestrado em Ciências Contábeis veio ao encontro das necessidades e expectativas das precisões da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de Brasília, no sentido de permitir que as pessoas desejosas de prosseguir os seus estudos em Ciências Contábeis não sejam instigadas a deslocar-se para outras regiões.

A relevância deste desempenho da Multiinstitucionalidade deve ser acolhida e instigada sua intensificação, pela razão de que ela reforça a missão de interiorizar sua competência e modernizar quadros superiores das IES de um modo formal e concernente à legislação vigente.

Trata-se de uma experiência inovadora que vem merecendo atenção especial das Universidades comprometidas com sua execução, tanto do ponto de vista técnico e pedagógico, e, ao mesmo tempo, resulta positivamente na qualificação docente.

Com esta iniciativa, as Universidades também dão um passo importante no registro das atividades e nos resultados emergentes desta experiência, que servirá para o enfrentamento de novas propostas que requerem a busca e a reconstrução do conhecimento globalizado.

Finalizando, o esforço acadêmico demonstrado e comprovado pelo Programa de Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis e o denodo de todos os seus participantes dimanam uma profícua realidade vívida, competente, talentosa e criativa, como uma atividade meritocrática ímpar, na qual suas abordagens servem de exemplo para que novas experiências sobrevenham.



## REFERÊNCIAS

BEIGUEKMAN, B. Uma análise crítica da pós-graduação no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 12, n. 68, p. 18-21, nov. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível na Internet: <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep/legislação/lf9394.shtm>> Acesso em : 29.mai. 2003.

\_\_\_\_\_. MEC. **Relatórios Estatísticos do Censo da Educação Superior.** Disponível na Internet: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 29.mai. 2003.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2001. **Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.**

CAPES. **Cursos de mestrado reconhecidos em Ciências Contábeis.** Disponível na Internet: <<http://www.capes.gov.br/Scripts/Avaliação/MeDoReconhecidos/Área/Programa.idc?cod...>>> Acesso em: 08.junh. 2003.

Centro Multiinstitucional Oak Brook. Disponível na Internet: <<http://www.ops.uillinois.edu/oak/mission.htm>> Acesso em: 25.julho.2003

Centro de Cooperação Multi-Universitário . Disponível na Internet: <[http://129.25.62.195/curriculum\\_development\\_implemation/multi\\_year\\_multi\\_university](http://129.25.62.195/curriculum_development_implemation/multi_year_multi_university)> Acesso em: 08.maio.2003

CFC. **Instituições que ministram cursos de Mestrado em Ciências Contábeis no País (reconhecidos pela CAPES).** Disponível na Internet: <[www.cfc.org.br/programas/detalhes.asp?cod=989](http://www.cfc.org.br/programas/detalhes.asp?cod=989)> Acesso em: 08.junh. 2003.

CUNHA, Luiz Antônio C. R.. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 66-70, set. /out. 1974.

EMBRAPA. Multiinsitucionalidade <<http://www.embrapa.br/acl/manualop.htm>> Acesso em 09.junho.2003

ESAC-Energy Systems Analysis Consortium. Disponível na Internet: <<http://www.ecn.purdue.edu/ESAC/>> Acesso em: 30.julho.2003

INEP. **Dados estatísticos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.** Disponível na Internet: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 25.mai. 2003.



IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. Considerações sobre os cursos de pós-graduação em contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Porto Alegre, n. 84, set/nov. 1993.

LOPES, Jorge. Uma introdução ao estudo da escola do terceiro milênio. A escola contingencial. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v.1, n.1, p.39-45, jul./dez., 1997.

MOMN, Gabriela. **A utilização de convênios interinstitucionais como ferramenta para captação de alunos: Um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior privada de Florianópolis**. 2003. Dissertação (Mestrado em gestão da qualidade e de produtividade). Universidade Federal de Santa Catarina.

Projeto Megamídia FAPESP. Disponível na Internet : <http://www.universiabrasil.net/materia.jsp?id=895> Acesso em : 07.junho.2003

Programa de Pós-Graduação em Administração-Mestrado. Disponível na Internet: <http://www.ppa.uem.br/programa.htm> Acesso em: 24.junho.2003

Programa de Desenvolvimento em Tecnologia. Doutorado em Engenharia de Produção. Disponível na Internet: <http://www.capes.gov.br/mestrados/doutorados> Acesso em : 09.junho.2003

Programa de Pós-Graduação em Zootecnia- Doutorado. Disponível na Internet: <http://www.ufrpe.br> Acesso em: 09.julho.2003

Programa de Mestrado em Agronegócios. Disponível na Internet: <http://www.propp.ufms.br/editais/edtagr23102/edtagr4223102.htm> Acesso em: 24.junho.2003

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Disponível na Internet: [http://www.proex-unesp.org.br/informativo/2003/edi\\_o28/reacoesinetrnacionais.htm](http://www.proex-unesp.org.br/informativo/2003/edi_o28/reacoesinetrnacionais.htm) Acesso em: 09. agosto.2003

Programa de Pós-Graduação em Odontologia. Disponível na Internet: <http://tecon.ccs.ufpb.br/ppgodonto/historico.htm> Acesso em: 20.julho.2003

Programa de Pós-Graduação Interunidades em Bioinformática. Disponível na Internet: <http://leginf.uspnet.usp.br?normas/resol/r4937m.htm> Acesso em : 09. agosto.2003

Programa Associado de Pós-Graduação em História-Mestrado. Disponível na Internet:< <http://www.uem.br/~pgh/> > Acesso em: 09.agosto.2003



RICCIO, Edson Luiz; CARASTAN, Jacira Tudora; SAKATA, Marici Gramacho. Accounting Research in Brazilian Universities: 1962-1999. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, v.11, n 22, p 35-44, set./dez. 1999.

**UnB. Retrospecto Histórico do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível na Internet: [http://www.unb.br/cca/apresenta/apres\\_inicio.htm](http://www.unb.br/cca/apresenta/apres_inicio.htm) Acesso em : 25.mai. 2003.